

A MEDICALIZAÇÃO DO FRACASSO ESCOLAR COMO ESTRATÉGIA BIOPOLÍTICA

Luiza Franco Dias¹

Fernanda Machado Pereira²

Mozart da Linhares da Silva³

Betina Hillesheim⁴

Universidade de Santa Cruz do Sul

Eixo Temático 2: Educação, Cultura e Produção de Sujeitos

Nos anos de 1950, tem início a “explosão farmacológica”, que propiciou, por sua vez, o desenvolvimento da psicofarmacologia (CUNHA; MELLO, 2017), ciência voltada para o estudo da relação entre as diferentes alterações psíquicas (humor, cognição, comportamento) e o uso de fármacos. Após duas décadas, em 1970, o termo “medicalização” é introduzido por Ivan Illich, para designar o processo por meio do qual problemas não médicos são definidos e tratados como problemas médicos normalmente em termos de doenças e desordens (EDINGTON, 2012, p. 16.). Foucault (1979, 2005) também se apropria do termo “medicalização”, a fim de ressaltar a influência da medicina em quase todos os aspectos da vida. Para ele, a medicina produz efeitos de controle no dia-a-dia das pessoas, por meio de seus estatutos científicos acerca das doenças e da saúde, da normalidade e da patologia. Assim, a medicalização pode ser entendida como uma invasão do saber médico farmacológico no campo das relações sociais, inclusive, na área da educação.

Além disso, o presente trabalho utiliza-se do termo “fracasso escolar” para além das questões cognitivas, dando ênfase às questões sociais, relações familiares e afetivas dos aprendentes.

O presente trabalho lança mão de conceitos foucaultianos, para discutir sobre o disciplinamento através da medicalização e das formas de controle que daí derivam. Para Revel (2011), utilizando-se das ideias de Foucault, o regime disciplinar pode ser caracterizado

¹Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Bolsista CAPES – modalidade 1. Integrante do grupo de pesquisa “Identidade e diferença na educação”, cadastrado no diretório CNPq e vinculado à linha de pesquisa “Educação, Cultura e Produção de Sujeitos” do PPGEdu/UNISC. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Bolsista CAPES – modalidade CNPq. Integrante do grupo de pesquisa “Políticas Públicas, Inclusão e Produção de Sujeitos”, cadastrado no diretório CNPq e vinculado à linha de pesquisa “Educação, Cultura e Produção de Sujeitos” do PPGEdu/UNISC.

³ Professor do Programa de Pós-graduação em Educação (mestrado e doutorado) na UNISC.

⁴ Professora do Programa de Pós-graduação em Educação (mestrado e doutorado) na UNISC.

por uma série de técnicas de coerção, as quais se exercem por meio do controle sistemático do tempo, do espaço e do movimento dos indivíduos, normatizando as atitudes, os gestos, os corpos. Tais técnicas de individuação do poder permitem controlar condutas, comportamentos, aptidões, assim como intensificar o desempenho, multiplicar capacidades e colocar o sujeito no lugar onde este seja mais útil. Essa “anatomia política” abrange as escolas, as instituições em geral, ou seja, qualquer ambiente em que se possa viabilizar a gestão do indivíduo no espaço, sua repartição e sua identificação.

Em vista disso, a medicalização se mostra como uma estratégia biopolítica, na medida em que o poder é exercido sobre o coletivo e atua diretamente na constituição dos sujeitos. Nesse sentido, Foucault (2005, p. 289) ressalta que o corpo não é o único que precisa ser disciplinado, pois o disciplinamento vai além e recai sobre a vida dos homens, isto é, ele não se dirige apenas ao homem-corpo, mas também ao homem vivo, ao homem ser vivo; no limite, ao homem-espécie. A propósito, Revel (2011) salienta que a biopolítica é governar não só os indivíduos por meio de um conjunto de procedimentos disciplinares, pois abrange ainda o conjunto de seres vivos que compõem a população, lançando mão de biopoderes locais, ocupando-se, então, da gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade, da natalidade, entre outros, ao passo que tais gestões se tornam uma jogada política.

Foucault (1998) traz que, na medida em que o poder disciplinar impera sobre os corpos individualizados, centrado no corpo enquanto máquina, a biopolítica visa a controlar o corpo social (a população). Deste modo, para o autor, o poder sobre a vida é formado por esses dois polos: disciplina sobre os corpos e regulação da população. A escola se insere nesse contexto como instituição reguladora e normatizadora, em que vigora o dispositivo disciplinar (FOUCAULT, 1983).

Em relação à subjetivação, Revel (2011) enfatiza que, conforme Foucault, a subjetivação se traduz no processo, através do qual, obtém-se a constituição de um sujeito, ou mais precisamente, de uma subjetividade.

Guarido (2007) salienta que os saberes produzidos a partir da neurociência, da neuropsicologia, da neuropsiquiatria e da psiquiatria, ascendem as estratégias de poder que o cérebro – o biológico – como o centro de todos os problemas e sofrimentos do homem. Com esses dispositivos se objetiva produzir na criança um sentimento de não pertencimento, improdutividade e anormalidade, resultando na culpabilização do indivíduo. Essa relação entre a farmacologia e a racionalidade biomédica faz da medicalização a solução para todos os problemas sociais e subjetivos, despertando a necessidade de um diálogo ético no campo da saúde na sociedade contemporânea (MACHADO; LESSA, 2012).

Deste modo, o presente trabalho se insere em tal contexto, pois tem por objetivo analisar, através da revisão narrativa da literatura, o fenômeno da medicalização enquanto estratégia biopolítica, utilizando-se de conceitos foucaultianos para refletir e problematizar a “patologização” das dificuldades de aprendizagem e sua implicação no fenômeno do “fracasso escolar”.

Palavras-Chave: Medicalização; Fracasso Escolar; Biopolítica.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Janaina Arruda Pontes; MELLO, Lúcia Maria de Lima. Medicação/Medicalização na Infância e suas possíveis consequências. *Pretextos – Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas*, Minas Gerais-MG, n. 2, v. 4, p. 192-209, jul/dez. 2017.

EDINGTON, Vera Lúcia Tourinho. *A medicalização da Infância: uma leitura psicanalítica*. 2012. 98 f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Psicologia – Mestrado) – Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

_____. *Em defesa da sociedade*. Curso no Collège de France (1975-1976). Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. *História da sexualidade*. A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Guilhon Albuquerque. Revisão técnica de José Augusto Guilhon Albuquerque. São Paulo: Graal, 1998.

_____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1983.

GUARIDO, Renato. *A medicalização do sofrimento psíquico: considerações sobre o discurso psiquiátrico e seus efeitos na Educação*. *Educação e Pesquisa*, v. 33, n. 1, p. 151-161, 2007.

MACHADO, Letícia Vier; LESSA, Patrícia dos Santos. *Medicalização da vida: ética, saúde pública e indústria farmacêutica*. *Psicologia & Sociedade*, v.3, n. 24, p. 741-743, 2012.

REVEL, Judith. *Dicionário Foucault*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.